

FNP reúne-se com Petrobrás para discutir temas das comissões de ACT

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) reuniu-se com a Petrobrás, entre os dias 14 e 18 de fevereiro, para dar sequência às discussões que envolvem os temas das comissões previstas no ACT. Realizadas no Edise, RJ, as reuniões trataram dos seguintes temas:

SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE (SMS)

Realizada no dia 14 de fevereiro, a reunião sobre SMS serviu como instrumento de denúncia às irregularidades cometidas pela Petrobrás. Para garantir uma produção em ritmo acelerado, a companhia vem negligenciando diversos procedimentos e normas de segurança, aliada à má vontade das gerências em discutir e reavaliar o quadro mínimo de trabalhadores necessário por unidade.

Prova dessa fragilidade é a existência de petroleiros que operam literalmente sozinhos em unidades de processo e casos em que prédios foram ocupados sem o “habite-se” do Corpo de Bombeiros, a exemplo do que ocorreu na UTGCA, na base do Sindipetro-LP.

Demais problemas foram citados, dentre eles as inúmeras falhas cometidas na emissão de CATs. Além das frequentes subnotificações, foram colocados na mesa de negociação outras irregularidades como a emissão de CATs sem comunicação aos Sindicatos e a tendência de atenuar a gravidade dos acidentes para evitar afastamentos.

Foi criticado ainda o uso de terceirizados na Brigada, sobretudo, por conta da alta rotatividade dessa mão-de-obra. Neste sentido, foi reforçada a necessidade de bombeiros profissionais e o fim da dupla função.

O fim dos cursos e treinamentos virtuais também esteve na pauta de reivindicações. A FNP exigiu, conforme ACT, o retorno da realização de programas de treinamento que promovam a capacitação dos empregados,

uma vez que cursos virtuais visam apenas atingir metas e manter certificações.

Outra demanda é a adequação dos uniformes de contratadas ao clima e riscos locais. Foram citados exemplos de terceirizadas que pintam nas costas da camisa o logotipo ou o nome da empresa, gerando desconforto térmico e riscos de lesões com maior gravidade em caso de incêndio ou, ainda, uniformes de tecidos grossos e na cor preta para quem trabalha a céu aberto, a uma temperatura elevada.

Os dirigentes também questionaram o modelo que vem sendo adotado na emissão de Permissão Eletrônica. Essa ferramenta muitas vezes não tem levado em conta as características do local em que o serviço será executado, as ferramentas e equipamentos a serem utilizados, as eventuais interferências e a qualificação do pessoal envolvido.

Por fim, foi solicitado ainda o envio de informações, por parte da Programação aos Terminais, quanto ao teor de benzeno nos certificados de análise de todos os produtos. E que essas informações não se restrinjam apenas aos derivados, assegurando o direito dos empregados às informações sobre os riscos. Além disso, foi pedido o envio de cópias dos PRE (Procedimentos de Resposta a Emergências) e dos EHA (Estudo de Hipóteses Acidentais) das unidades.

O RH se comprometeu averiguar as denúncias, analisar as propostas e dar as respostas, se possível, antes da próxima reunião.

AMS

A discussão sobre AMS, realizada no dia 15 de fevereiro, foi iniciada com mais uma tentativa velada da Petrobrás de acabar gradualmente com o programa. Para dar sustentação estatística a esse objetivo, a companhia apresentou através de uma planilha os custos da AMS, por faixa etária e região, desde 2000.

O objetivo foi expor o suposto custo elevado da AMS no período. A FNP reafirmou que não irá discutir problemas que envolvem vidas sob uma ótica meramente estatística, embora os números apresentados estejam longe de representar de fato um alto custo à empresa.

Hoje, a 2ª maior empresa do mundo gasta apenas 0,4% do seu faturamento com saúde. Anualmente, o montante gasto não ultrapassa R\$ 2,8 bilhões, sendo que destes apenas R\$ 710 milhões com AMS – valor irrisório diante do patrimônio da empresa. Uma clara inversão de prioridades, que põe em xeque a excelência da empresa em “responsabilidade social”.

Os dirigentes cobraram novamente a melhoria do serviço, uma vez que gargalos antigos permanecem sem solução. Dentre eles, falhas nos credenciamentos; número reduzido de clínicas e profissionais credenciados; tempo excessivo de análise e liberação de procedimentos; orientações e informações evasivas; descrição das especialidades sem clareza, entre outros.

A empresa assumiu o compromisso de discutir e avaliar a aplicação das sugestões de melhorias apresentadas pela FNP na próxima reunião, além de fornecer a planilha com os custos da AMS para que toda a categoria tenha acesso à informação.

ACOMPANHAMENTO DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

No dia 16 foi a vez de discutir o ACT. A insatisfação da categoria com a política salarial da empresa dominou o tom da reunião, na qual foram cobradas pela FNP as revisões do PCAC e do ATS (Adicional por Tempo de Serviço), além de mais transparência na negociação de PLR, pois no último ano foi liberada por baixo dos panos a cifra de R\$ 90 milhões aos cargos de confiança. A companhia não demonstrou interesse em executar as melhorias, deixando claro que não pretende corrigir a defasagem salarial que atinge ativa e aposentados. Postura semelhante foi tomada em relação à cobrança dos dirigentes para que a RMNR seja revista administrativamente. A empresa negou o pedido, alegando que não há melhorias administrativas a serem feitas. Diante dessa postura, a federação intensificará através dos seus sindicatos as ações na Justiça que tratam do tema.

A FNP cobrou ainda a correção da tabela salarial, usando como exemplo a defasagem sofrida pelos Técnicos de Manutenção e Inspectores de Segurança; a padronização da cláusula de parada de manutenção e do transporte para os empregados; a melhoria do atendimento prestado pela Ouvidoria e informações mais claras sobre a primeirização, já que o próprio TCU indicou prazo de 5 anos para que as estatais substituam os terceirizados por empregados próprios.

Por fim, foi entregue à empresa a ata de fundação da FNP devidamente registrada, documento que também foi enviado posteriormente ao presidente da empresa, José Sérgio Gabrielli. Além disso, a entidade já protocolou um pedido de arquivamento dos seus atos constitutivos no Ministério do Trabalho, em Brasília. O próximo passo será a obtenção do CNPJ da entidade.

O registro da FNP era a condição estabelecida pela companhia para iniciar a liberação dos dirigentes. No entanto, na mesa de negociação a empresa criou novos empecilhos com o objetivo de adiar ao máximo a liberação desses dirigentes. A FNP exigirá que tenha o mesmo número de diretores que é liberado à outra Federação, uma vez que independentemente do processo de legalização os sindicatos que formam a FNP já representam mais de 50% da categoria.

REGIME DE TRABALHO

Fechando o ciclo de reuniões para tratar das comissões permanentes do ACT, a negociação sobre Regime de Trabalho aconteceu no dia 18. Os sindicatos denunciaram diversos descumprimentos do ACT nas bases da FNP, com casos em que gerentes alteram o regime de trabalho dos empregados conforme a sua necessidade pontual ou conveniência. Por outro lado, citaram casos em que a empresa se recusa a aplicar o regime de trabalho pela força de trabalho. Ou seja, dois pesos e duas medidas.

Neste sentido, os dirigentes fizeram questão de ressaltar que apenas os regimes que constam no ACT possuem valor legal. A FNP não aceitará em nenhuma de suas bases qualquer tipo de escala definida ou indefinida que viole o ACT, como já ocorreu em algumas áreas do E&P.

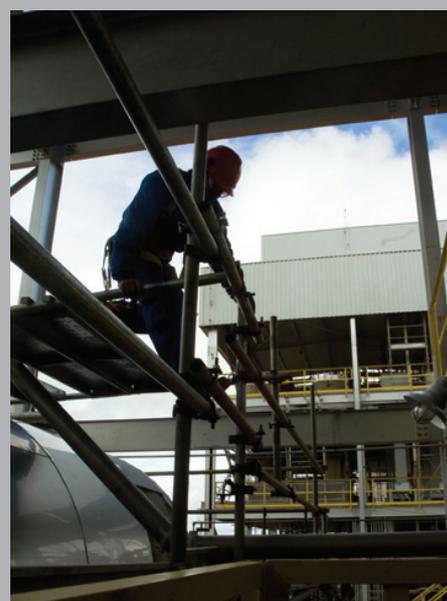
TERCEIRIZAÇÃO

A FNP iniciou a reunião, realizada no dia 17, cobrando da empresa o contrato padrão dos terceirizados e defendendo a criação de uma cláusula de seguro para evitar os frequentes calotes aplicados pelas gatas em rescisões de contratos e no pagamento de benefícios como FGTS e INSS. Além disso, cobrou a aplicação de uma espécie de “modelo de consequência” para evitar a re-contratação de empreiteiras com histórico sujo, a padronização da cláusula de Convênio Médico e Plano de Saúde para todos.

Apesar dos efeitos nocivos da terceirização por meio da precarização das condições de trabalho, o número

de terceirizados no Sistema Petrobrás segue crescendo. Estima-se que para cada concursado existam 3,6 indiretos, sendo cerca de 300 mil terceirizados contra aproximadamente 80.500 crachás verdes.

Os dirigentes ainda denunciaram a precariedade do alojamento de terceirizados que trabalham em plataformas na base do Sindipetro-AL/SE, sobre a existência de terceirizados em plataformas da base do Sindipetro-LP recebendo salário mínimo e sobre problemas no contrato do laboratório da Revap, onde houve redução de efetivo e de salário, aumentando por consequência os riscos da atividade.



BOLETIM INFORMATIVO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PETROLEIROS (FNP)

Sindicatos que compõem a FNP: Sindipetro-LP, Sindipetro-AL/SE, Sindipetro-RS, Sindipetro-SJC, Sindipetro-PA/AM/MA/AP e Sindipetro-RJ*

Textos e edição: Leandro Olimpio - Diagramação: Carolina Mesquita